

Tempo (307)
22/8/76

«Há contradições entre as personalidades políticas do Zimbabwe. Elas representam as contradições internas de elementos da mesma classe com uma ideologia e interesses idênticos».



ENTREVISTA COM O PRESIDENTE SAMORA

Por WILFRED BURCHET

Um encontro com o Presidente Samora Machel é uma experiência de grande prazer político, intelectual e humano. A cada pergunta responde com uma série de observações extraordinárias na sua profundidade e alcance. Não houve formalidades — mesa e cadeira sobre a relva como costumava fazer Ho Chi Min. Conosco o Ministro de Estado na Presidência, Oscar Monteiro, que serviu de intérprete.

As palavras do Presidente Samora sobre a luta de libertação nos territórios vizinhos foram como que uma resposta antecipada política norte-americana sobre a África Austral, anunciada dias depois desta entrevista por Kissinger, o qual tentou confundir a luta dos povos do Zimbabwe, Namíbia e da própria África do Sul.

Perguntei-lhe em primeiro lugar se a experiência da luta armada da FRELIMO podia ser aplicada em países como o Zimbabwe, onde é usado frequentemente o argumento de «colonização a partir do interior», o argumento de que os colonos brancos «nasceram e cresceram» no País e não têm para onde fugir ao contrário do que aconteceu com os portugueses em Moçambique.

O Presidente sorriu ironicamente. «Os problemas são diferentes mas não muito diferentes. O Zimbabwe é uma colónia onde os colonos tomaram ilegalmente o poder. Fizeram aquilo que os colonos portugueses gostariam de ter feito aqui — e que chegaram mesmo a tentar fazer. A questão não é «para onde ir?». É uma questão de o Zimbabwe ser ou não ser uma colónia. A resposta é: Sim. Não cabe a nós perguntarmos para onde vão os colonos. Mas cabe a nós saber se são colonialistas ou não. A questão é se os colonialistas vão pôr o problema em termos falsos. O argumento de que «nasceram e cresceram» no País não tem significado nenhum. Muitos colonos portugueses «nasceram e cresceram» aqui; muitos

nunca tinham saído daqui. Agora estão todos a ir para Portugal. Porquê? Porque não conseguem aceitar as nossas leis. Não conseguem aceitar a igualdade.

Portanto não é uma questão de quererem ficar por causa de «ligações» com o País onde «nasceram e cresceram» e que muitos deles nunca tinham deixado até agora.

Pôr o problema nesses termos é o mesmo que dizer que a maioria tem de sofrer porque a minoria não tem sítio para onde ir. É o tipo de argumento que Israel usa para justificar o seu expansionismo. Os ingleses estão a ser hipócritas sobre este assunto; mostram muita compaixão por 250 mil brancos «sem sítio para onde ir» mas nunca mostraram compaixão pelos milhões de negros que têm sofrido tanta opressão, tanta tortura e tantos massacres. O argumento de que os colonos não têm «para onde ir» é mais uma expressão de racismo e de solidariedade burguesa.

A questão é semelhante àquela de o governo português pedir garantias de segurança para os portugueses que estão a viver aqui — os portugueses brancos, naturalmente. Alguma vez Portugal garantiu a segurança e direitos dos negros deste País? Ou a dos negros que vivem em Portugal? Claro que não.

A verdade é que a maioria dos rodesianos brancos se sentiria muito mais à vontade num país onde os seus habitantes nunca ouviram o termo «luta pela independência». Preferem ter a mesma vida luxuosa e de privilégios em qualquer parte a ter que enfrentar a igualdade no país onde nasceram e cresceram». Nós expulsamos vinte, trinta portugueses. Os outros podiam ficar cá a trabalhar. Mas continuam a fugir.

Porquê? Eles dão explicações muito vagas. «Estão todos a ir — todos os meus amigos». A verdadeira razão é que não

conseguem aceitar que perderam os privilégios que a cor da pele lhes garantia».

Pus-lhe depois a questão dos trabalhadores moçambicanos na África do Sul, se eles podiam ou não ser considerados parte integrante da classe trabalhadora sul-africana, capazes de participarem numa violenta luta de classes naquele país.

«É óbvio que a luta de todos os povos do mundo, de todos os trabalhadores do mundo, é também a nossa luta. Nós existimos por causa dessas lutas. Elas são a condição prévia para a vida de todos os povos. Mas os trabalhadores moçambicanos não serão um factor determinante, decisivo, na luta pela libertação política e social do povo sul-africano. Essa luta será levada a cabo pelos próprios trabalhadores sul-africanos».

P.: «Quais os factores essenciais para unir o máximo de forças capazes de serem unidas no Zimbabwe, Namíbia e África do Sul?»

R: «A questão da unidade é fundamental em todos os países, mas especialmente nos países colonizados, e aqueles que estão engajados numa luta. Os Movimentos de Libertação estão conscientes de que a vitória depende da unidade. Mas é necessário estarmos claros sobre o que significa a unidade. Em primeiro lugar a unidade não é uma simples afirmação. A consolidação da unidade é conseguida pela luta, quer dizer, para se chegar a unidade é preciso lançar a luta. É essa a nossa experiência. Lutar para consolidar a unidade. Lutar para garantir a unidade que nasce da luta armada.

Em segundo lugar a unidade renova-se a cada momento de acordo com as fases específicas da luta.

Em terceiro lugar, e é preciso frisar isto muito bem, a unidade não é um compro-

misso com um grupo de reaccionários, de aventureiros e indivíduos ambiciosos que se põem à margem de uma luta armada unificada. Se olharmos para os problemas desta maneira, podemos dizer que a questão da unidade na SWAPO e no ANC (África do Sul) está resolvida. A unidade tem de ter conteúdo vivo, concreto. Não pode ser a «unidade por qualquer preço». Ela tem de ser operacional, uma unidade que funcione. Para funcionar é

resse idênticos. São contradições baseadas em ambições e interesses individuais que na ausência de um sentimento patriótico profundo podem tornar-se irreconciliáveis, insolúveis. Quando o processo de luta armada é bem conduzido, pode solucionar esta questão da unidade. Há duas possibilidades. Ou as personalidades políticas podem juntar-se e apoiar a luta armada, ou essas personalidades separam-se da luta armada como o fizeram

mou: «A nossa posição fundamental é que não seremos livres com o colonialismo às nossas portas. A Namíbia transformou-se numa base para ataques diários contra a soberania angolana. A Rodésia é também uma base para ataques diários contra a República Popular de Moçambique. Mas por que é que eles nos atacam? Porque somos independentes, porque conquistámos a nossa liberdade. Todo o mundo sabe que apoiamos as lutas de todos os povos que lutam pela independência em qualquer parte do mundo. Mas apoiamos especialmente os povos que lutam contra o colonialismo na África Austral».

E o Presidente referiu-se ao banco de solidariedade como expressão desse apoio às lutas dos povos oprimidos.

Finalmente pedi-lhe que se pronunciasse sobre a ajuda cubana ao povo angolano na última fase da luta pela libertação nacional.

Depois de referir a um discurso proferido aquando da entrega de credenciais do embaixador cubano (ver «TEMPO» n.º 305) uns dias antes, Samora Machel acrescentou: «Em primeiro lugar o MPLA foi o primeiro movimento das colónias portuguesas a iniciar a luta armada — em 1961. Esse é um ponto muito importante. Foi Angola que lutou durante treze anos e derrotou o colonialismo e o imperialismo.

Porque vieram os cubanos? Porque o lugar de um revolucionário é aquele onde um povo luta contra a opressão.

Os escravos foram da África Ocidental para Cuba. Agora voltaram livres à terra da sua origem. Voltaram para juntar o fogo da sua revolução ao fogo da revolução angolana. Como eles, não conseguimos sentir-nos indiferentes quando os imperialistas atacam um povo. Quando isso acontece também nos sentimos agredidos».



preciso que seja autêntica, dinâmica. Se a base for falsa ela não funciona. Pode haver muita conversa, muitas assinaturas de papéis e documentos mas nada acontece».

Falando especificamente sobre o Zimbábue, o Presidente Samora disse: «Há contradições entre as personalidades políticas do Zimbábue. Essas contradições arrastam-se há quase duas décadas e isso é bastante triste. Elas representam as contradições internas de elementos da mesma classe com uma ideologia e inte-

alguns «chefes tradicionais» na Argélia.

O processo de luta armada forma quadros que vêm das massas e que representam os interesses das massas. Nada os pode dividir. Esses quadros apercebem-se de que não há grandes contradições quando a questão é a defesa dos interesses das massas e quando a crítica e a auto-crítica são usadas para fazer avançar a luta».

Depois de ter analisado especificamente cada região — Namíbia, Zimbábue e África do Sul — o Presidente Samora afir-